

## SOBRA PASSÍVEL DE DISTRIBUIÇÃO EM COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS: UM ESTUDO DE CASO

Marcio José Degan<sup>1</sup>  
Régio Marcio Toesca Gimenes<sup>2</sup>

DEGAN, M. J.; GIMENES, R. M. T. Sobre passível de distribuição em cooperativas agropecuárias: um estudo de caso. **Rev. Ciênc. Empres. UNIPAR**, Umuarama, v. 11, n. 1, p. 123-143, jan./jun. 2010.

**RESUMO:** O objetivo do presente artigo é mensurar a sobra passível de distribuição de uma cooperativa agropecuária, localizada no noroeste do Estado do Paraná. A revisão crítica da literatura sobre o tema abordado foi baseada nos estudos de diversos autores, especialmente a pesquisa realizada por Szuster (1985). A essência do artigo parte da hipótese de que além da distribuição das sobras a sociedade cooperativa deve preservar a sua continuidade, por meio da manutenção de sua capacidade operacional e condição física de geração de sobras, como também do capital investido dos associados. Alguns aspectos relevantes são os seguintes: a utilização da sobra como meta para promover os objetivos dos agentes que se relacionam com a cooperativa, a disponibilidade financeira para distribuição das sobras, o estudo das necessidades de expansão da cooperativa e a revisão de sua estrutura de capital também devem ser considerados na decisão de distribuição das sobras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Distribuição de sobras. Cooperativismo agropecuário. Agronegócio cooperativo. Manutenção do capital.

## SURPLUS AVAILABLE FOR BY DISTRIBUTION IN AN AGRIBUSINESS COOPERATIVE A CASE STUDY

**ABSTRACT:** The present article aims to measure the distribution of an agribusiness cooperative located in the northwestern state of Parana. A critical review of the literature on the discussed topic was based on studies of several authors, especially research done by Szuster (1985). The main hypothesis of the article is that in addition to distributing the surplus to cooperative society, its continuity must preserved through the maintenance of its operational capacity and physical condition to generate surpluses, but also on the invested capital of members. Some aspects, such as the use of surplus as an objective to promote the agents'

---

<sup>1</sup>Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Paranaense

<sup>2</sup>Pós-Doutor em Administração pela FEA/USP Professor Titular da UNIPAR-Universidade Paranaense

goals are related to the cooperative, the funds available for surplus distribution, the study of expansion needs of the cooperative and reviewn of its capital structure, should also be considered in decision of surplus distribution.

**KEYWORDS:** Distribution of surplus. Agricultural Cooperative. Agribusiness cooperative. Capital maintenance.

## **EXCEDENTE PASIBLE DE DISTRIBUCIÓN EN COOPERATIVAS AGROPECUARIAS: UN ESTUDIO DE CASO**

**RESUMEN:** El objetivo de este trabajo es medir el excedente pasible de distribución de una cooperativa agropecuaria, ubicada en el noroeste del Estado de Paraná. La revisión crítica de literatura sobre el tema abordado se basó en estudios de diversos autores, especialmente la investigación realizada por Szuster (1985). La esencia del artículo parte de la hipótesis de que además de la distribución del excedente, la sociedad cooperativa debe preservar su continuidad, por medio de mantenimiento de su capacidad operacional y condición física de generación de excedentes, como también del capital invertido de los asociados. Algunos aspectos relevantes son los siguientes: la utilización del excedente como meta para promover los objetivos de los agentes que se relacionan con la cooperativa, la disponibilidad financiera para distribución de los excedentes, el estudio de las necesidades de expansión de la cooperativa y la revisión de su estructura de capital también deben ser considerados en la decisión de distribución de los excedentes.

**PALABRAS CLAVE:** Distribución de excedentes. Cooperativismo agropecuario. Agro negocio cooperativo. Mantenimiento del capital.

### **1 INTRODUÇÃO**

Por não terem ações negociadas em bolsa de valores e receberem pressões por parte dos associados para distribuir as sobras, as cooperativas agropecuárias dependem da geração operacional de caixa e de recursos de terceiros para financiar suas necessidades de capital de giro e de imobilizações. No entanto, quando a pressão dos associados não é tão grande os gestores preferem utilizar os recursos internos existentes nos fundos e reservas.

O capital social, além de ser uma fonte de recursos operacionais, é também uma medida de interesse dos associados por suas cooperativas. Os associados, como qualquer investidor, comparam a taxa de retorno marginal dos investimentos adicionais na cooperativa com outras fontes alternativas de investimentos, definindo um custo de oportunidade para seu capital (REQUEJO, 1997).

Quando a cooperativa agropecuária não tem um programa de restituição do capital social, o retorno marginal do capital investido pelo cooperado é baixo, dificultando qualquer tentativa de captar capital adicional, principalmente dos novos associados.

Segundo Requejo (1997) a falta de programas de restituição do capital levou vários estados dos Estados Unidos incluírem em sua legislação períodos máximos para restituir o capital social. Os planos de restituição do capital social asseguram o retorno dos recursos investidos pelos associados que investiram na cooperativa e forneceram capital de acordo com o seu uso em anos anteriores. No caso do Brasil, entretanto, a maioria das cooperativas não possui planos específicos de restituição do capital social.

O problema da restituição do capital social é um fator de entrave ao crescimento das cooperativas. Quando o capital social é restituído de forma a remunerar o associado, a cooperativa tem menores entradas de caixa, e isto pode alterar sua estrutura de capital.

Não existe justificativa válida para uma cooperativa reter qualquer forma do seu resultado em fundos e reservas indivisíveis. As sobras devem pertencer aos cooperados, porque são os proprietários da cooperativa. Além do mais, o argumento de que a cooperativa deve reter parte dos resultados em fundos e reservas para proteger-se contra eventuais crises de liquidez não se justifica, porque se pode conseguir esta mesma proteção por um plano a longo prazo de restituição do capital social, mesmo porque os fundos e reservas exigidos pela lei já oferecem parte destes recursos (FISHER, 1989).

Ainda com relação à alocação das sobras líquidas, parte delas deve capitalizar o Fundo de Assistência Técnica e Educacional - FATES e a Reserva Legal, de acordo com a legislação cooperativista e recomendação da ACI – Aliança Cooperativa Internacional.

Após a alocação das sobras líquidas aos fundos e reservas determinados por lei, o restante dos recursos tem destinação aprovada em assembleia geral, que normalmente decide por capitalizar a cooperativa, o que significa apropriar-se do capital dos associados.

Mesmo sendo a decisão de alocação das sobras líquidas votada em assembleia, questiona-se como a mesma é organizada. É comum as decisões serem tomadas antecipadamente, e o associado apenas ratifica o voto, assinando uma ata, que, muitas vezes, acredita ele, é a melhor decisão para a cooperativa. Com isso, os gestores possuem poderes quase ilimitados para investir os recursos internos, que, na realidade, via conta capital social deveriam ser restituídos aos cooperados (REQUEJO, 1997).

Dentre as principais questões que estão sendo debatidas atualmente no movimento cooperativista, destaca-se aquela que se relaciona à distribuição das

sobras das sociedades cooperativas agropecuárias.

Este artigo pretende discutir essa questão, adaptando o modelo utilizado em firmas de capital, para a aplicação em sociedades cooperativas agropecuárias.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 Conceito de lucro contábil

Para que haja um entendimento no processo de distribuição de lucros, é preciso que se entenda primariamente qual é a origem dos recursos destinados a esta distribuição. É preciso compreender os elementos constitutivos do patrimônio de uma empresa, partindo de definições básicas, como a de ativo, passivo e patrimônio líquido, para, que, se chegue ao lucro e suas formas de distribuição.

Depois de definir o que é ativo, passivo e patrimônio líquido, pode-se chegar ao entendimento do que seja lucro. De acordo com Martins (1972, p. 52) “lucro, ou crédito pode ser entendido como o resultado que pode ser retirado da entidade num período, de forma tal que o patrimônio líquido no final desse período seja exatamente igual ao inicial”.

Segundo Martins (1972, p. 30) “ativo é o futuro resultado econômico que se espera obter em um agente”. Tem-se discutido, por algum tempo, sobre o que seja um ativo, sendo que vários autores explanaram suas definições, uma das que melhor se adaptou ao atual estágio do pensamento contábil é a de Martins.

Hendriksen (1977, p. 145), afirma que: “nas demonstrações contábeis apresentadas primordialmente para acionistas e investidores, o lucro líquido disponível para distribuição aos acionistas é usualmente considerado como a informação isolada mais importante contida nestas demonstrações”.

A definição adotada por Martins (1972, p. 41) para valor econômico de um ativo: “é a de que o valor econômico de um ativo é o valor atual máximo do resultado econômico futuro esperado, no cálculo do qual a taxa de desconto é a do custo de oportunidade de igual risco”.

Para Szuster (1985, p. 07) “o lucro máximo a ser distribuído por uma empresa é considerado, assim, um resíduo, que é obtido depois de haver a manutenção do patrimônio líquido”. Observa-se então, que lucro é o valor máximo que uma pessoa pode consumir durante um período, se comparando em um montante final com o do início do período.

Neste sentido, Martins (1972, p. 51) define passivo considerando a sua característica econômica. Para esse autor “passivo é o resultado econômico a ser sacrificado no futuro em função de dívida e/ou obrigação contraída perante terceiros. Este sacrifício ocorrerá com a entrega no futuro de ativos ou com a prestação de serviços para terceiros”.

A forma de obtenção de lucros pode seguir duas abordagens distintas: abordagem estática e abordagem dinâmica. Na abordagem estática, o lucro é uma resultante da comparação do patrimônio líquido inicial e final.

De acordo com Martins (1972, p. 32):

A abordagem que melhor traduz o processo de geração do lucro é a chamada abordagem dinâmica. Nesta abordagem, o lucro é obtido pela diferença entre as receitas e despesas do período. A vantagem da abordagem dinâmica é que permite a visualização dos itens que formaram o resultado do período, possibilitando uma melhor análise do processo de gestão empresarial.

Segundo Hicks (1977, p. 146) “o lucro é a indicação da quantia que as pessoas podem consumir sem se empobrecerem”. Assevera Szuster (1985, p. 07) “o lucro máximo a ser distribuído por uma empresa é considerado, assim, um resíduo, que é obtido depois de haver a manutenção do patrimônio líquido”.

Seguindo esta mesma linha de pensamento, Hicks (1977, p. 146) afirma “lucro é o valor máximo que uma pessoa possa consumir durante uma semana esperando ainda estar tão bem ao término desta, quando o estava em seu início”. Dentro deste processo de raciocínio, o lucro seria, então, o valor que a empresa poderia consumir, sem alterar sua situação inicial.

Já Sterling (1970, p. 05) discute tal assunto por meio de quatro abordagens: a de Irving Fisher, que afirma que as expectativas sobre o futuro são as bases da mensuração do lucro; da contabilidade tradicional, utilizando os custos históricos; da contabilidade a valores de mercado; e, finalmente, a de Kenneth Boulding, que parte do pressuposto que todos os métodos de apuração de lucro são arbitrários. Após uma profunda análise, Sterling considera que, apesar de algumas imperfeições, a contabilidade a valores de mercado se constitui no método superior em termos de avaliação.

Segundo Martins (1972, p. 52) “o lucro pode ser considerado como a diferença entre os valores econômicos do patrimônio líquido inicial e final de um período, após exclusão dos acréscimos e decréscimos do capital e da distribuição de lucros”.

Entende-se, então que não ocorrendo no período acréscimos ou decréscimos de capital, o valor do patrimônio líquido inicial seria igual se o total do lucro fosse distribuído.

## **2.2 Manutenção do capital e continuidade do negócio**

Considera-se que uma das funções mais importantes da contabilidade é a apuração de resultados, pois ela representa aspectos de extrema complexidade que são agravados pela flutuação de preços no sistema econômico.

De acordo com Szuster (1985, p. 40):

A manutenção do capital necessário para garantir a continuidade do empreendimento nos mesmos níveis anteriores a distribuição do lucro e, quando possível e recomendável, utilizar parte do lucro excedente para financiar a sua expansão, bem como do capital monetário dos investidores. Isto permitirá, de um lado, proteger o capital dos investidores e, de outro, assegurar a continuidade da empresa.

O resultado apurado pela contabilidade pode ser útil à diversas finalidades e seu cálculo deve ser aplicado em função desta. Segundo Jaedicke e Sprouse (1972, p. 33): “a escolha do conceito apropriado depende de seu uso. Certamente decisões diferentes podem requerer dados quantitativos diferentes. O conceito de lucro poderia assim, ser escolhido de acordo com sua utilização”.

De acordo com Martins (1972, p. 52) “o conceito de lucro representa os que apresentam maiores condições de serem utilizados e que melhor atendam aos requisitos da teoria da contabilidade. O capital será considerado de forma abrangente no sentido de patrimônio líquido. Em sua avaliação, será ainda adotado o modo de conceitua-lo como ativo líquido”.

A manutenção de capital pode ser considerada como função básica da administração de uma empresa para fins de preservação de seu capital. A manutenção do capital de uma empresa pode ser feita de acordo com diversas abordagens. As mais correntes são manutenção do capital monetário ou financeiro e manutenção do capital físico ou operacional.

Conforme Ramos (1968, p. 29); “a manutenção de capital é uma questão de básica importância para a vida de qualquer empresa”. O mesmo autor cita a opinião de Grant e Norton, que afirmam que a sua relevância é tão grande, que esta relacionada com quase todas as decisões empresariais, ligadas ao problema de redução de valor dos elementos ativos.

De acordo com Hendriksen (1977, p. 145)

A decisão da manutenção de capital é de responsabilidade da administração ou, possivelmente, dos proprietários da empresa. A responsabilidade da contabilidade é reportar as quantias que são disponíveis para investimento ou para distribuição aos acionistas e a alteração no capital da empresa. É importante distinguir os fluxos que, se distribuídos, não reduzem os futuros fluxos de caixa e aqueles que representam redução na riqueza.

Segundo Pimentel (1986, p. 50), “a avaliação desses ativos deverá basear-se, preferencialmente, nos seus valores de mercado de compra. Se não houver possibilidade de estes serem obtidos, deve ser considerada a hipótese da adoção

de índices específicos de preços”.

Sobre esse assunto Gynther (1966, p. 713) afirma:

A questão da manutenção de capital sob o enfoque da teoria do proprietário e da entidade. No conceito de manutenção, sob o ponto de vista do proprietário, há a concentração no valor dos recursos por este investidos; sob o ponto de vista da entidade, porém, a ênfase recai sobre os ativos da empresa. Pode ser inferido que o primeiro enfoque se aproxime do conceito de capital monetário corrigido, enquanto que o segundo se vincula a manutenção do capital em termos físicos.

Conforme declara Fava (1989, p. 34), “a avaliação dos ativos, com base no custo de reposição, é básica para a apuração do investimento de acordo com o conceito de manutenção do capital físico”. O lucro pode ser considerado como possível de distribuição quando houver a necessidade da manutenção da capacidade física da organização.

De acordo com Szuster (1985, p. 10):

Faz-se necessário uma distinção em relação ao conceito de capital monetário em duas segmentações: [...] o conceito de capital financeiro, sem reconhecer a variação do poder aquisitivo da moeda, que é coerente com a contabilidade tradicional a custos históricos, e o conceito de capital monetário corrigido em termos do poder de compra geral. Este ajusta o capital investido por um índice que possa medir a variação média de preços ocorrida no sistema econômico.

O capital pode ser dividido em dois conceitos básicos; como capital monetário e capital físico. O capital monetário é considerado como o total de valor investido pelos acionistas em uma empresa como capital necessário a ser mantido. Este conceito consiste no objetivo básico do investidor para preservar o valor de seu investimento, sem considerar forma ou qualidade dos ativos utilizados pela empresa.

De acordo com Marcharzina e Coeneberg (1981, p. 151):

O capital é visto como a quantia de ativos mantidos pela empresa no início do período sendo ajustado pelo seu equivalente em termos do poder de compra geral. O lucro do período é definido como valor obtido durante o exercício que pode ser distribuído, enquanto é mantido o poder de compra do valor dos ativos da empresa, existentes no início do período.

O conceito de capital físico permite que o patrimônio das empresas seja quantificado em termos de uma capacidade de operação, e esse por sua vez será mediado por meio do conjunto de bens necessários a esta, mensurados até a data

da avaliação.

O lucro só poderá existir quando o patrimônio for maior do que o valor dos ativos necessários para assegurar o mesmo nível de atividade. A existência deste conceito independe da existência da inflação.

Esta separação tem influência direta na determinação do lucro passível de distribuição. Pode-se considerar que o capital monetário implica direto na inclusão das variações dos resultados, já o conceito de capital físico é coerente com o ajuste direto ao patrimônio líquido.

Segundo Iudicibus (1980, p. 115) “a variação deveria passar pelo resultado do período, embora não fazendo parte do lucro operacional e não sendo esta parcela levada em conta para distribuição”.

De acordo com Szuster (1985, p.10):

Ambos os conceitos de capital apresentam uma base lógica, sendo aplicáveis a determinados aspectos da vida de uma entidade, devendo ser considerados de uma forma combinada. Uma empresa, no horizonte do tempo, mesmo que não tenha alterado, nem em parte, sua atividade, deve ter como objetivo a manutenção do capital em termos monetários corrigidos. A contabilidade, porém, tem a responsabilidade de apurar o resultado a cada período da existência da empresa, ocorrendo, também, com esta mesma frequência a decisão quanto à destinação do resultado, se este for positivo.

### **2.3 Lucro passível de distribuição**

A decisão quanto ao valor do lucro adequado a ser distribuído é fundamental para a saúde da empresa e deve ser preservada a sua continuidade. Para Hendriksen (1999, p. 169), “o ponto de vista mais aceito e tradicional de lucro líquido é que ele representa o retorno aos proprietários dos negócios”.

Segundo Ramos (1985, p. 29), “o problema da conservação do capital é contínuo no tempo e cabe à contabilidade o papel de bem refletir as situações para que a administração empresarial possa ter um guia seguro na sua tarefa de conservar o capital obtendo lucros”.

De acordo com Lopes de Sá (1999, p. 919) “um investidor procura informação sobre segurança e frutos que sua riqueza particular pode render, quando aplicada em outra empresa; depende, para ter consciência sobre seu investimento, de dados contábeis que informem competentemente sobre as perspectivas de lucros e garantias de seu capital”.

O lucro ou prejuízo líquido apurado nas demonstrações é o que se pode chamar de lucro dos acionistas, isto mostra que, além dos itens normais, é deduzido como despesas o imposto de renda e as participações sobre os lucros a outros e não aos acionistas, desta forma o lucro líquido demonstrado é o valor



que será integrado ao patrimônio líquido da empresa que, em última análise, é pertencente aos acionistas, ou é distribuído como dividendo.

Desta forma, também é feita a distribuição do lucro entre os sócios de uma empresa, geralmente, o lucro líquido será distribuído aos sócios da empresa de forma proporcional ao capital social de cada um deles.

## 2.4 Aspectos de avaliação patrimonial

Afirmam Edwards e Bell (1961, p. 74) que “a contabilidade tradicional adota como critério no sistema de avaliação de ativos o custo histórico. Dentro deste processo de avaliação patrimonial há três aspectos que devem ser considerados”. São eles:

- 1) a forma (e lugar) da coisa que está sendo avaliada;
- 2) a data a que se refere o preço utilizado na avaliação;
- 3) o mercado no qual se obteve aquele preço.

Martins (1972, p. 37), apresenta de forma resumida alguns critérios passíveis de serem utilizados na avaliação patrimonial, conforme o Quadro 1.

**Quadro 1:** Avaliação patrimonial

	<b>Valores passados</b>	<b>Valores presentes</b>	<b>Valores futuros</b>
<b>Valores de entrada</b>	Custo histórico	Custo corrente	Custo futuro de reposição
	Custo histórico corrigido	Custo corrente corrigido	
<b>Valores de saída</b>	Custo de oportunidade na data da obtenção	Custo de oportunidade	Valor realizável líquido
			Valor atual dos recebimentos futuros

Fonte: Martins (1972, p. 37).

Segundo Iudicibus (1980, p. 113), “os valores de entrada são mais adequados para avaliação dos ativos, uma vez que eles podem traduzir o valor máximo para a empresa e porque, em muitos casos, não existe um mercado para a determinação dos valores de venda”.

## 2.5 A distribuição de lucros na legislação brasileira

Conforme o artigo 202 da lei das Sociedades por Ações no Brasil, todos

os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, a cada exercício, parcela dos lucros estabelecida no estatuto, ou, em caso de omissão, metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: I - quota destinada à constituição da reserva legal (artigo 193); II - importância destinada à formação de reservas para contingências (artigo 195), e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e, III – “lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva (artigo 197), e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício” (FIECAFI, 1990, p. 398).

Por meio da deliberação da assembleia geral de acionistas, pode-se determinar um percentual para pagamento de dividendos que, segundo a legislação societária não poderá ser inferior a 25% do lucro líquido ajustado pelos itens I a III, já indicados.

De acordo com Martins (1990, p. 433) “as empresas poderão adotar qualquer critério como base para distribuição de lucros: um percentual do lucro do exercício, ou do capital social, ou do patrimônio líquido, etc. O principal objetivo desta determinação legal, de um dividendo mínimo obrigatório, é de proteger os acionistas”.

Os legisladores tiveram a preocupação de proteger o acionista com regras definidas de distribuição de dividendos, não deixando, principalmente, o acionista minoritário à mercê dos gestores da empresa. A lei também teve a preocupação de não desestabilizar a empresa quando esta não tiver condições de cumprir com o pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

Assim, o artigo 202 da lei 6.404/76, em seu parágrafo quarto, determina que “o dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembléia geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da companhia” (FIECAFI, 1990, p. 399).

Segundo Van Horne, (1983, p. 327):

A distribuição de lucro, na realidade, faz parte de um processo de avaliação bem mais amplo do que a determinação de parâmetros mínimos obrigatórios para sua distribuição. Esta avaliação passa pela determinação de um valor máximo a ser distribuído pela empresa para manutenção de seu capital. Uma empresa deve esforçar-se para estabelecer uma política de dividendos que maximize o patrimônio dos acionistas.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A utilização do estudo de caso pressupõe uma investigação que tenha como objeto organizações reais, reunindo inúmeras informações para compreender o problema de pesquisa. Neste sentido, este estudo tem como objetivo men-

surar a sobra passível de distribuição de uma cooperativa agropecuária localizada no noroeste do estado do Paraná, por meio da técnica de pesquisa denominada estudo de caso. Por razões de sigilo das suas informações financeiras, a partir desta seção, a cooperativa será denominada de Cooperativa Delta.

Para se chegar ao valor passível de distribuição será utilizado o modelo proposto por Szuster (1985, p. 28), cujo desenvolvimento apresenta-se a seguir:

O Valor Passível de Distribuição – VPD pode ser obtido através da seguinte equação:

$$V.P.D. = (PTL_{be} - CTM_{be})$$

Onde:  $PTL_{be}$  = Patrimônio Líquido Corrente na data do balanço de encerramento.

$CTM_{be}$  = Capacidade Física Total a ser mantida, traduzida à data do balanço de encerramento.

A  $CTM_{be}$  é formada por dois elementos:

$$CTM_{be} = (CIP_{be} + CAP_{be})$$

$CIP_{be}$  = Capacidade do início do período, traduzida à data do balanço de encerramento.

$CAP_{be}$  = Capacidade acrescida em função do aumento do patrimônio líquido, traduzida à data do balanço de encerramento.

Quando a  $CTM_{be}$  é financiada por recursos próprios e de terceiros, o V.P.D. é obtido da seguinte forma:

$$V.P.D. = (PTL_{be} - CMP_{be})$$

Onde:  $CMP_{be}$  = Capacidade Física financiada por recursos próprios, traduzida à data do balanço de encerramento.

$$CMP_{be} = (CTM_{be} - PFC_{be})$$

$PFC_{be}$  = Passivo que financia a capacidade física, traduzido à data do balanço de encerramento.

Considerando-se a fixação da manutenção do nível do passivo, os ativos por este financiados serão considerados como integrantes da capacidade a ser mantida. Se não existir a preocupação com a manutenção do nível do passivo, a fórmula de cálculo do V.P.D. irá compreender apenas os itens do ativo financiados por recursos próprios. Admitindo-se a fixação da manutenção do nível do passivo, a fórmula de cálculo do valor passível de distribuição poderá ter os seguintes desdobramentos:

a) Quando a capacidade é financiada apenas por recursos próprios e não há acréscimo do patrimônio líquido durante o período:

$$V.P.D. = (PTL_{be} - CTM_{be}), \text{ como } CAP_{be} = 0$$

$$V.P.D. = (PTL_{be} - CIP_{be})$$

b) Quando a capacidade é financiada apenas por recursos próprios havendo o acréscimo do patrimônio líquido durante o período:

$$\text{V.P.D.} = (\text{PTL}_{\text{be}} - \text{CTM}_{\text{be}}), \text{ como } \text{CTM}_{\text{be}} = (\text{CIP}_{\text{be}} + \text{CAP}_{\text{be}})$$

$$\text{V.P.D.} = [\text{PTL}_{\text{be}} - (\text{CIP}_{\text{be}} + \text{CAP}_{\text{be}})]$$

c) Quando a capacidade é financiada por recursos próprios e de terceiros não havendo acréscimo do patrimônio líquido durante o período:

$$\text{V.P.D.} = (\text{PTL}_{\text{be}} - \text{CMP}_{\text{be}}), \text{ como } \text{CAP}_{\text{be}} = 0; \text{ CMP}_{\text{be}} = (\text{CIP}_{\text{be}} - \text{PFC}_{\text{be}})$$

$$\text{V.P.D.} = [\text{PTL}_{\text{be}} - (\text{CIP}_{\text{be}} - \text{PFC}_{\text{be}})]$$

d) Quando a capacidade é financiada por recursos próprios e de terceiros havendo o acréscimo do patrimônio líquido durante o período:

$$\text{V.P.D.} = (\text{PTL}_{\text{be}} - \text{CMP}_{\text{be}}), \text{ sendo } \text{CMP}_{\text{be}} = [(\text{CIP}_{\text{be}} + \text{CAP}_{\text{be}}) - \text{PFC}_{\text{be}}]$$

$$\text{V.P.D.} = \{\text{PTL}_{\text{be}} - [(\text{CIP}_{\text{be}} + \text{CAP}_{\text{be}}) - \text{PFC}_{\text{be}}]\}$$

Esta se constitui a fórmula de cálculos mais abrangente para o cômputo do valor passível de distribuição. Os elementos que compõem as fórmulas são assim definidos:

#### Patrimônio Líquido Corrente na data do Balanço de Encerramento

$\text{PTL}_{\text{be}}$  – Corresponde ao valor do patrimônio líquido obtido no balanço segundo o método do custo corrente corrigido.

Capacidade do início do período, traduzida à data do Balanço de Encerramento -  $\text{CIP}_{\text{be}}$

$$\text{CIP}_{\text{be}} = \text{VDPCB}_{\text{be}} + \text{VEECB}_{\text{be}} + \text{VINCB}_{\text{be}} + \text{VIDCB}_{\text{be}}$$

$\text{VDPCB}_{\text{be}}$  = Valor das disponibilidades referentes à data do balanço inicial, consideradas integrantes da capacidade, traduzido à data do balanço do encerramento.

$\text{VEECB}_{\text{be}}$  = Valor dos estoques referentes à data do balanço inicial, considerados integrantes da capacidade, traduzido à data do balanço de encerramento.

$\text{VINCB}_{\text{be}}$  = Valor dos ativos imobilizados não depreciáveis, referentes à data do balanço inicial, considerados integrantes da capacidade, traduzido à data do balanço de encerramento.

$\text{VIDCB}_{\text{be}}$  = Valor dos ativos imobilizados depreciáveis, referentes à data do balanço inicial, considerados integrantes da capacidade, traduzido à data do balanço de encerramento.

Passivo que Financia a Capacidade Física, traduzida à data do Balanço de Encerramento.

$\text{PFC}_{\text{be}}$  – Representa o montante do valor do capital de terceiros que a empresa pretende utilizar no financiamento dos elementos do ativo integrantes da capacidade. Podem ser admitidos dois enfoques de manutenção do passivo; no primeiro, a empresa irá mantê-lo em termos monetários corrigidos, isto é, atualizado ao mesmo nível da variação ocorrida no índice geral de preços do período, independente da variação dos preços dos ativos não monetários integrantes da capacidade; no segundo enfoque, é admitida a sua manutenção de

forma proporcional a variação do custo corrente ocorrida nos ativos não monetários financiados por recursos de terceiros. O VPD será calculado para a data de encerramento do balanço patrimonial da Cooperativa Delta do exercício fiscal de 2007.

### 3. ESTUDO DE CASO

A Cooperativa Delta nasceu com 79 agricultores associados e com um capital social de Cr\$ 37.540,00. A primeira sede foi um escritório com 50 m<sup>2</sup>. Com a cooperativa, veio o crescimento da produção de trigo na região, o que obrigou a cooperativa a alugar armazéns para receber a produção. Em 1971 já havia sobras do exercício, o que se tornou uma tradição na cooperativa, e, no ano seguinte, saiu o primeiro armazém próprio.

Após mais de três décadas da sua fundação, os volumes de recebimento da cooperativa Delta vêm aumentando ano após ano, perfazendo cerca de 3,3% de toda a produção nacional de grãos e fibras e 17% da safra paranaense.

#### 4.1 Aplicação do modelo

Para se chegar ao valor da sobra passível de distribuição parte-se da seguinte fórmula:

$$V.P.D. = \{PTL_{be} - [(CIP_{be} + CAP_{be}) - PFC_{be}]\}$$

A aplicação da fórmula pressupõe a execução dos passos a seguir:

##### a) Cálculo do $PTL_{be}$

Para ajustar o valor do patrimônio líquido é necessário obter o valor do mesmo apresentado no balanço patrimonial da Cooperativa Delta e corrigir pelo índice IGP-M do final do período, ou seja, na data do encerramento do balanço conforme demonstrado no quadro 2.

**Quadro 2:** Ajuste do Patrimônio Líquido

PATRIMONIO LÍQUIDO 2006	IGPM	$PTL_{be}$ AJUSTADO
R\$ 1.242.983.060,00	3,83%	R\$ 1.290.589.311,00

Fonte: Elaborado pelos autores

##### b) Determinação do $CIP_{be}$

Para se chegar ao  $CIP_{be}$  é necessária a aplicação da seguinte fórmula:

$$VDPCB_{be} + VEECB_{be} + VIDCB_{be}$$

Com esta fórmula basta aplicar os valores da disponibilidade referente a data do balanço inicial somado ao valor do estoque referente a data do balanço inicial e ao valor dos ativos depreciáveis referente a data inicial do balanço.

### c) Ajuste do disponível mediante a correção do IGP-M.

Para ajustar o valor do disponível é necessário obter o valor apresentado no balanço patrimonial da Cooperativa Delta e corrigir pelo índice IGP-M do final do período, ou seja, na data do encerramento do balanço conforme demonstrado no quadro 3.

#### Quadro3: Ajuste do disponível

DISPONIBILIDADE EM 2006	IGPM	VDPCB <sub>be</sub> AJUSTADO
R\$ 629.332.518,00	3,83%	R\$ 653.435.953,40

Fonte: Elaborado pelos autores

Aplica-se o valor do IGP-M do período sob o valor do disponível apresentado no balanço.

### d) Ajuste do estoque mediante IPCA/IGP-DI (índice geral de preços - disponibilidade interna)

Para ajustar o valor do estoque é necessário obter o valor no balanço patrimonial da Cooperativa Delta e corrigir pelo índice IPCA e IGP-DI do final do período, ou seja, na data do encerramento do balanço conforme demonstram os quadros 4, 5 e 6.

#### Quadro 4: Reajuste dos produtos em estoque

PRODUTOS	TOTAL EM 2006 (em R\$)	ÍNDICE DE REAJUSTE	TOTAL REAJUSTADO (em R\$)
Soja	163.714.676,00	1,830321	299.632.237,20
Trigo	79.164.466,00	1,490032	117.957.587,60
Milho	30.903.565,00	2,250321	69.542.941,29
Aveia	3.988.911,00	1,040395	4.030.411,43
Algodão	2.517.020,00	1,503268	3.783.755,62
Café	828.272,00	5,700255	4.721.361,61

Triticale	305.935,00	1,040395	309.117,93
Centeio	33.086,00	1,040395	33.430,23
TOTAL	281.455.931,00		500.010.842,91

Fonte: Elaborado pelos autores

Após o levantamento de todos os itens aplica-se o valor do IPCA ou IGP-DI do período sob o valor de cada item do estoque apresentado no balanço.

**Quadro 5:** Reajuste dos produtos em estoque

PRODUTOS	TOTAL EM 2006 (em R\$)	ÍNDICE REAJUSTE	TOTAL REAJUSTADO (em R\$)
Farelo de Soja	13.210.544,00	1,040395	13.347.985,84
Óleo de Soja Bruto Degomado	9.587.304,00	1,040395	9.687.049,83
Óleo de Soja Refinado	3.626.225,00	1,040395	3.663.952,06
Gorduras Vegetais Hidrogenadas	281.786,00	1,040395	284.717,69
Margarinas	567.879,00	1,040395	573.787,18
Fios de Algodão	797.006,00	1,040395	805.298,01
Farinha de Trigo	455.905,00	1,040395	460.648,21
Rações e Concentrados	163.672,00	1,040395	165.374,84
Materiais Secundários e Embalagens	20.879.852,00	1,040395	21.097.084,94
Matérias-Primas	1.343.490,00	1,040395	1.357.467,60
Outros	296.011,00	1,040395	299.090,68
TOTAL	51.209.674,00		51.742.456,89

Fonte: Elaborado pelos autores

O quadro 6 é uma continuidade dos itens do estoque apresentados no balanço de encerramento.

**Quadro 6:** Reajuste dos produtos em estoque

<b>PRODUTOS/BENS</b>	<b>TOTAL EM 2006 (em R\$)</b>	<b>ÍNDICE DE REAJUSTE</b>	<b>TOTAL REAJUSTADO (em R\$)</b>
Fertilizantes	22.427.949,00	0,26%	22.486.261,67
Defensivos Agrícolas	60.804.161,00	0,26%	60.962.251,82
Corretivos	1.500.524,00	0,26%	1.504.425,36
Máquinas e Implementos Agrícolas	3.129.775,00	0,26%	3.137.912,42
Peças e Acessórios	8.654.439,00	0,26%	8.676.940,54
Óleos e Lubrificantes	1.727.705,00	0,26%	1.732.197,03
Produtos Veterinários e Rações	6.212.703,00	0,26%	6.228.856,03
Pneus, Acessórios e Baterias	1.404.298,00	0,26%	1.407.949,17
Sementes	19.604.466,00	0,26%	19.655.437,61
Outros Bens de Fornecimento	792.640,00	0,26%	794.700,86
<b>TOTAL</b>	<b>126.258.660,00</b>		<b>126.586.932,52</b>

Fonte: Elaborado pelos autores

#### Ajuste do imobilizado por meio do INCC/IGP-DI e IPC-DI

Para ajustar o valor do imobilizado é necessário obter os valores no balanço patrimonial da Cooperativa Delta item por item e corrigir pelo índice INCC/IGP-DI e IPC-D do final do período, ou seja, na data do encerramento do balanço conforme demonstrado no quadro 7.

**Quadro 7:** Reajuste do imobilizado

<b>BENS</b>	<b>2006</b>	<b>ÍNDICE DE REAJUSTE</b>	<b>TOTAL REAJUSTADO</b>
	<b>VALOR LÍQUIDO</b>	<b>INCC/IGP-DI/IPC-DI</b>	
Terrenos	R\$ 25.687.987,00	0,23%	R\$25.747.069,37
Construções Civas	R\$ 39.442.406,00	0,23%	R\$ 39.763.123,53
Máquinas e Equipamentos	R\$ 124.060.952,00	0,63%	R\$ 124.842.536,00



Equip. Processamento de Dados	R\$ 3.444.814,00	0,26%	R\$ 3.453.770,52
Veículos	R\$ 9.104.020,00	0,63%	R\$ 9.161.375,33
Cessão do Terminal Portuário	R\$ 2.777.061,00	0,26%	R\$ 2.784.281,36
Reflorestamentos	R\$ 6.476.438,00	0,26%	R\$ 6.493.276,74
Tanques de Armazenamentos	R\$ 1.354.074,00	0,26%	R\$ 1.357.594,59
Imobilizações em Andamento	R\$ 45.698.233,00	0,26%	R\$ 45.817.048,41
Pavimentações	R\$ 6.860.359,00	0,26%	R\$ 6.878.195,93
Máq. e Implementos Agrícolas	R\$ 926.521,00	0,63%	R\$ 932.358,08
Móveis e Utensílios	R\$ 1.399.284,00	0,26%	R\$ 1.402.922,14
Adiant.Forn.p/Aquis.Ativo Imob.	R\$ 3.429.227,00	0,26%	R\$ 3.438.142,99
Outras Imobilizações	R\$ 1.351.369,00	0,26%	R\$ 1.354.882,56
TOTAL	R\$ 372.012.745,00		R\$ 373.426.577,54

Fonte: Elaborado pelos autores

Para ajustar o imobilizado foram utilizados os índices INCC/IGP-DI e IPC-D aplicados nos itens relacionados no balanço conforme mostra o quadro explicativo.

#### f) Cálculo do $PFC_{be}$

Para ajustar o valor dos empréstimos de longo prazo disponível no balanço patrimonial da Cooperativa Delta e corrigir pelo índice IGP-M do final do período, ou seja, na data do encerramento do balanço conforme mostra o quadro 8.

**Quadro 8:** Reajuste dos empréstimos a longo prazo

CONTAS	TOTAL EM 2006 (em R\$)	ÍNDICE DE RAJUSTE	TOTAL REAJUSTADO (em R\$)
<b>Moeda Nacional</b>		<b>IGPM</b>	
Financos de Bens de Fornecimento	349.191.675,00	3,83%	362.565.716,20
Financos do Ativo Fixo	142.685.674,00	3,83%	148.150.535,30
Financos de Repasse	120.805.002,00	3,83%	R\$ 125.431.833,60
Financos de Comercialização	11.195.348,00	3,83%	11.624.129,83
<b>Moeda Estrangeira</b>			
Operações Cambiais com Expo	60.042.402,00	3,83%	62.342.026,00
<b>TOTAL</b>	<b>683.920.101,00</b>		<b>710.114.240,93</b>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme quadro explicativo foi aplicado o índice IGP-M para reajustar os valores de empréstimos e financiamentos no final do período.

Finalmente, determina-se o valor passível de distribuição, qual seja:

$$\text{V.P.D.} = \{\text{R\$ } 1.290.589.311,00 - [\text{R\$ } 1.705.202.763,26 - \text{R\$ } 779.461.864,00]\}$$

$$\text{V.P.D.} = \text{R\$ } 364.848.411,74$$

A partir da determinação do valor passível de distribuição da Cooperativa Delta pelo modelo de Szuster (1985), no valor de R\$ 364.848.411,74, compara-se esse valor com o valor distribuído aos associados nos últimos cinco anos, conforme demonstrado no Quadro 9.

**Quadro 9:** Sobras distribuídas aos associados pela Cooperativa Delta no período 2003 a 2007.

<b>Sobras Distribuídas aos Associados</b>				
2007	2006	2005	2004	2003
<b>236.917.155</b>	<b>190.300.377</b>	<b>202.214.625</b>	<b>252.327.622</b>	<b>249.493.890</b>

Fonte: Dados da Cooperativa Delta.

Ao comparar-se o valor passível de distribuição da Cooperativa Delta, no exercício de 2007, com o valor das sobras efetivamente distribuídas, verifica-se que a Cooperativa Delta distribuiu um valor inferior ao que poderia distribuir, ou seja, mais precisamente, 64,93% do VPD.

O valor acumulado das sobras distribuídas no período de 2003 a 2007 totalizou R\$ 1.131.253.669, o que produz um valor médio anual de R\$ 226.250.733,80, ou seja, um valor equivalente a 62,01% do VPD encontrado para o exercício de 2007.

Pelos resultados apurados verifica-se que os gestores da Cooperativa Delta possuem uma postura conservadora em relação a distribuição das sobras. Isso se deve a uma maior cautela, no que diz respeito a liquidez da cooperativa e a própria manutenção da sua capacidade de continuar operando dentro das expectativas de seus associados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ter conhecimento do valor da sobra passível de distribuição é um fator central para o processo de sua distribuição e passa primeiramente, pela própria mensuração da sobra gerada pelas sociedades cooperativas agropecuárias.

A legislação cooperativista brasileira não prevê a adoção dos critérios de avaliação adequados para determinados elementos patrimoniais, assim como o critério do custo corrente corrigido.

Dessa maneira, é possível que a sobra obtida conforme os critérios legais não deve ser utilizada como parâmetro adequado para a obtenção do valor a ser distribuído. Pode-se entender assim, que a decisão gerencial de distribuição das sobras deva ser baseada em critérios adequados de avaliação patrimonial.

Sabe-se que para a decisão de distribuição das sobras, o conceito de manutenção do capital, deve ser considerado básico para a decisão. O valor a ser distribuído aos associados é a parcela das sobras que não precisa ser retida para a manutenção do capital social da cooperativa.

É fundamental o conceito de manutenção do capital, físico ou monetário, que pode levar a necessidade de avaliações patrimoniais e de mensuração da sobra, para que se apresentem os valores diferentes daqueles obtidos pelos critérios da legislação cooperativista.

## REFERÊNCIAS

FAVA, I. **O custo de reposição para fixação de preço de venda**: algumas análises em situação de inflação e em função do fluxo financeiro. 1989. 232f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Faculdade de Economia,

Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

FIPECAFI; ARTHUR ANDERSEN. **Normas e práticas contábeis no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1990.

FISHER, M. L. **Financing agricultural cooperatives, economic issues and alternatives, PhD**. Dissertation, University of Minnesota, 1989.

HENDRIKSEN, E. S. **Accounting theory**. 3. ed. Home-wood I: Irwin, 1977.

\_\_\_\_\_. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

JAEDICKE, R. K.; SPROUSE, R. T. **Fluxos contábeis: rendas, fundos e capital**, São Paulo: Atlas, 1972.

MACHARZINA, K.; COENENBERG, A. G. Current: cost or current purchasing power accounting? An Internationally Based Assessment of FASB Statement nº 33 on Financial Reporting and Changing Prices, **The international journal of accounting**, p.151, nº 2, Primavera, 1981.

MARTINS, E. **Contribuição à avaliação do ativo intangível**. 1972. 109f. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

PIMENTEL, J. da S. **Contribuição ao estudo da avaliação contábil do lucro passível de distribuição**. 1986. 342f. Tese (Doutorado em Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

Qual o lucro a distribuir sem reduzir a capacidade física da empresa? **Boletim IOB** - pasta temática contábil e balanços, São Paulo, n. 21, maio 2000.

RAMOS, A. de T. **O problema da amortização dos bens depreciables e as necessidades administrativas das empresas**. 1968. 287f. Tese (Doutorado em Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968.

REQUEJO, L. M. H. Desafios para o gerenciamento financeiro das cooperativas brasileiras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COOPERATIVISMO, 11, 1997, Brasília. **Anais...** Brasília: OCB, 1997. p. 96-111.

SÁ, A. L de. **Teoria da contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

STERLING, R. R. **Theory of measurement of enterprise income**. Kansas: University of Kansas, 1970.

SZUSTER, N. **Análise do lucro passível de distribuição**: uma abordagem reconhecendo a manutenção do capital da empresa. 1985. 489f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.